



UNIÃO SINDICAL

SINPACEL
FUNDADO EM 27/11/1951

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CELULOSE,
PAPEL, PAPELÃO, ARTEFATOS E CORTIÇA DE GUAÍBA E REGIÃO RS
ACESSE NOSSO SITE: WWW.SINPACEL-RS.COM.BR

CUT CNQ CUT
Central Única dos Trabalhadores CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO RAMO QUÍMICO

INFORMATIVO ANO XVI - Nº 121 - MARÇO DE 2016.

Agradecimento

A Direção do SINPACEL que concorreu com a Chapa 1, União e Luta, agradece os votos de todos os colegas - 98,7% - que participaram da eleição da direção plena para a gestão de 2017/2020 do nosso Sindicato. Vejam o resultado na página 03!



Da direita p/esquerda:
Ricardo Jardim - Presidente Fiação e Tecelagem,
Pedro Flores - Presidente Sind. Correia Pinto/SC
Edson Funcke - Diretor Sindipolo,
João Caldas - Presidente SINPACEL/RS
Rudinei Fernandes - Diretor Sind. Metalúrgicos/RS,
Pedro Paulo - Presidente SITPEL/SC
Pedro Luís - Federação dos Papeleiros SP,
José Roberto - Presid. Fed. dos Trabalhadores de SP



Final da eleição, contagem dos votos

Preocupação entre os trabalhadores da Santher

Ultimamente os trabalhadores da empresa, tem ligado para o sindicato, para falar a respeito da falta de segurança e do clima ruim gerado pela demissão de trabalhadores do setor de conversão. Tivemos recentemente um acidente grave na caldeira com trabalhadores sofrendo queimaduras no corpo, como também redução de pessoal.

Sabemos das dificuldades econômicas existentes no Brasil na atualidade, mas, questões de segurança devem ser sempre prioridades dentro de uma fábrica. Temos o conhecimento de que fábricas de papel possuem máquinas muitas vezes antigas, mas, que devem ser constantemente

aprimoradas, para darem maior segurança aos trabalhadores, diminuindo assim os riscos de um acidente grave.

Pelo que conhecemos, não é o caso da Santher em Guaíba. O grupo empresarial sempre priorizou as fábricas de São Paulo, com investimentos pesados em máquinas modernas de alta produtividade, enquanto Guaíba fica somente na espera e na promessa. Demissões, levam os trabalhadores a sentirem medo e insegurança, isso é muito ruim para todos em um ambiente de trabalho.

Assédio Moral na Kimberly-Clark

No último dia 24, na empresa Kimberly-Clark vários trabalhadores do turno C, passaram por constrangimentos na portaria da empresa. Ao saírem no final da jornada, foram abordados pelo gerente de produção, que dizia que os trabalhadores deveriam ficar para uma reunião.

Este gerente ficou posicionado ao lado da catraca, intimidando os trabalhadores com perguntas como: Qual é o teu compromisso? Porque não vai ficar para a reunião? Você sabe o

que pode acontecer se você não ficar?

Todos os trabalhadores abordados ficaram constrangidos com a atitude do gerente e relataram o caso à entidade sindical.

O SINPACEL-RS espera que estas atitudes não se repitam, caso contrário, tomaremos as medidas necessárias, pois esse tipo de ação atrapalha bastante as relações entre empresa e sindicato.

Cresce o número de associados do SINPACEL-RS

Durante os meses de fevereiro e março deste ano, registramos um crescimento bem significativo no número de associados em nossa entidade (65 NOVOS SÓCIOS). São trabalhadores das fábricas que compõem nossa base de atuação e que percebem que é através do sindicato, que podemos fortalecer nossa luta na defesa dos nossos interesses.

Queremos agradecer a todos(as) sindicalistas do SINPACEL-RS que atuam nas fábricas, onde fazem um sindicalismo sério, com compromissos claros em defesa de todos os trabalhadores e trabalhadoras, ajudando assim, a aumentar o número de associados, fortalecendo ainda mais a nossa entidade.

Novos associados:

Sejam bem vindos ao sindicato!



MCCE: RANKING DA CORRUPÇÃO POR PARTIDO DEM é o partido campeão

Categoria: Agência DIAP

Veja quadro a baixo o ranking da corrupção no Brasil:

Com base em dados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral, o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral divulgou um balanço com os partidos com maior número de parlamentares cassados por corrupção desde 2000. O DEM, com 69 cassações, tem o equivalente a 9,02% de todos os políticos cassados no período de apuração, sendo o campeão.

MCCE

O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) - organização da sociedade civil - é integrado por 50 entidades nacionais de diversos segmentos, formando uma rede com movimentos, organizações sociais, organizações religiosas e entidades da sociedade civil.

Foi responsável pela mobilização da sociedade brasileira em favor da aprovação das duas únicas leis de iniciativa popular anticorrupção no Brasil: a Lei 9.840/99 "Lei da Compra de Votos", que permite a cassação de registros e diplomas eleitorais pela prática da compra de votos ou do uso eleitoral da máquina administrativa.

Foi responsável também pela campanha da qual decorreu a aprovação da Lei Complementar 135/10, popularmente conhecida como "Lei da Ficha Limpa".

O MCCE Também coordenou a campanha "Corrupção Eleitoral e Saúde Voto não tem preço. Voto tem consequências! Saúde é seu direito!".

Atualmente, o Movimento trabalha com o projeto para a Reforma do Sistema Político Brasileiro - mais uma iniciativa popular.

Partido	NºPolíticos	Percentual
1º DEM	69	20,4%
2º PMDB	66	19,5%
3º PSDB	58	17,1%
4º PP	26	7,7%
5º PTB	24	7,1%
6º PDT	23	6,8%
7º PR	17	5,0%
8º PPS	14	4,1%
9º PT	10	2,9%
10º PPB	8	2,4%
11º PSB	7	2,1%
12º PSL	3	0,9%
13º PTC	3	0,9%
14º PMN	2	0,6%
15º PRTB	2	0,6%
16º PSC	2	0,6%
17º PHS	1	0,3%
18º PRONA	1	0,3%
19º PRP	1	0,3%
20º PSD	1	0,3%
21º PV	1	0,3%

Total: 339 100%

Fonte: MCCE

Tempo de troca de uniforme é hora extra

TRT2 - Tempo para troca de uniformes gera direito a horas extras

O Metrô recorreu contra decisão de primeira instância na qual um trabalhador ganhara direito a 20 minutos de horas extras diárias, por conta da exigência da empresa de que seus empregados trabalhem uniformizados e só assim registrem o ponto de entrada, mas os proíbe de vestir os uniformes fora do local de trabalho ou vir de casa já trajados. Recorreu também de outros itens da sentença.

Após o recurso ser conhecido (considerado válido) pela maioria dos magistrados da 2ª Turma do TRT da 2ª Região, foram julgados os pedidos da empresa. Sobre a exclusão dos 20 minutos de horas extras diárias, o acórdão, de relatoria da desembargadora Sônia Maria Forster do Amaral, não lhe deu razão. Uma vez que o trabalhador não podia registrar o ponto sem uniforme, mas não podia já vir trajado com ele, é irrefutável a conclusão de que o tempo que antecede e sucede a jornada utilizado para a troca é tempo à disposição do empregador, devendo ser considerado como jornada (artigo 4º da CLT), concluiu.

Dos demais pedidos do Metrô, foram deferidos aqueles que o absolveram do pagamento dos reflexos da gratificação por tempo de serviço no cálculo das horas extras, adicional noturno e adicional de risco de vida. Portanto, o recurso da empresa teve provimento parcial.

(Processo 0001998-20.2013.5.02.0049 - Acórdão 20150996521)

Fonte: Jusbrasil

Novos Delegados do SINPACEL-RS

Neste mês de março durante a reunião do conselho deliberativo da entidade, foi realizada cerimônia para nomeação de mais dois delegados sindicais, que se unirão aos demais sindicalistas na defesa dos trabalhadores.

Na CMPC o novo delegado é Gilberto José Cedrez Macedo

Na Kimberly a nova delegada é Clair de Lima da Rocha

Essas pessoas se destacaram entre os trabalhadores, através de suas posições e certamente terão apoio dos mesmos, nas fábricas para atuarem a partir de agora, como representantes dos trabalhadores e do nosso sindicato

Damos boas vindas aos novos sindicalistas.



Gilberto Clair e Caldas

SINPACEL-RS firma convênio com a FISIOVIDA

O sindicato está ampliando sua rede de convênios. Neste mês de março, firmamos uma importante parceria com a clínica de fisioterapia Fisiovida, reconhecida na cidade pela qualidade dos seus serviços, através de uma qualificada equipe de profissionais da área da fisioterapia.

Os sócios do sindicato pagarão somente \$10,00 por uma sessão de fisioterapia e o sindicato cobrirá o restante do valor.

Para as aulas de pilates, os associados também terão desconto de 10% em suas mensalidades. O sócio deverá levar uma autorização do sindicato, para obter o desconto junto à Fisiovida, que fica na Av. Getúlio Vargas, 1587 no centro de Guaíba.



Expediente

União Sindical é uma publicação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Celulose, Papel, Papelão, Artefatos e Cortiça de Guaíba e Região/RS

CGC 90.830.183/001-6. Rua Bento Gonçalves, 304-Centro - Guaíba-RS Fone: (51) 3480-29 00

Fone: (51) 3480-2973

Tiragem: 2.300 exemplares.

RESPONSÁVEIS: Presidente - João Caldas
Diretor de Divulgação e Cultura - Solismar Zembrucki
Diagramação - Sirlei Mees

Dia internacional da Mulher

O SINPACEL-RS cumprindo sua tradição, no dia 08 de março, fez a distribuição de rosas em homenagem às mulheres trabalhadoras, nas fábricas que compõem nossa base de atuação. Foram distribuídas a elas, uma rosa com um cartão numerado.

Os números destes cartões, fizeram parte de um sorteio, por empresa, cujo prêmio foi "UM DIA DA BELEZA FEMININA" para as felizardas em um salão de beleza na cidade, com direito a um processo de embelezamento completo.

Em cada empresa houve uma trabalhadora contemplada.

DADOS PARA REFLETIRMOS:

* As mulheres ganham 34% menos do que os homens exercendo a mesma função.

*60% é a desigualdade entre os sexos em relação a participação econômicas e oportunidades para as mulheres.

*A cada dois dias uma mulher morre devido ao aborto ilegal.

*4.7 mil mulheres são mortas por ano no Brasil.

*As mulheres representam 52% da sociedade, mas, ocupam apenas 10% dos espaços do poder.

*A cada 3 horas uma mulher é vítima de estupro no país

*Em 2015 foram 60,1 mil denúncias de violência contra a mulher.



Entrega de rosas na Melhoramentos



Entrega de rosas na Celupa



Entrega de rosas na Santher



Entrega de rosas na CMPC



Entrega de rosas na CMPC



Entrega de rosas na Kimberly



Entrega de rosas na Santher

Eleições do Sindicato

Prezados companheiros e companheiras,

Otimistas com o resultado do pleito, reafirmamos que o nosso objetivo agora é dar continuidade ao trabalho que foi iniciado em 2001. Nossas conquistas ao longo do tempo darão fôlego para o novo período. Vale citar a conquista do adicional de turno de 45% para o turno da CMPC e o adicional de 100% para as horas extras aos sábados para o administrativo, as inúmeras ações judiciais que favoreceram a categoria, a atuação incansável pelo cumprimento da jornada, entre outras conquistas.

Mas agora precisamos fazer muito mais. E a diretoria tem a consciência de que um Sindicato só se tornará forte e eficiente se contar com a participação dos trabalhadores. Não conseguiremos avançar sem a participação de todos. Nossa luta interna é constante pelo fortalecimento da democracia participativa e externamente pelo fortalecimento das instituições que realmente fazem a defesa dos trabalhadores.

A nossa diretoria deu um passo importante neste sentido quando decidiu pela participação do SINPACEL no Departamento do Papel da CNTI. Agora nós juntamente com a Federação do Papel de

SP e a FETIESC/SC, seremos os negociadores a nível nacional e com isso buscaremos acordos mais equitativos que proporcione uma melhor qualidade de vida dos nossos representados. Mas isso só não terá a força necessária para que se concretize nossas aspirações. Por isso, a participação de todos e todas é imprescindível para construirmos, juntos, os alicerces dessa nova gestão.

Reafirmamos o nosso compromisso de lutar por uma sociedade mais justa, de combater junto com os demais Sindicatos e Centrais a precarização trabalhista, de combater os abusos e desrespeitos nos locais de trabalho, de batalhar pela ampliação dos direitos dos trabalhadores terceirizados, pelo trabalho decente. Trabalhar pela ampliação da representação do SINPACEL na categoria, no município e na região. Nesse sentido, a diretoria eleita se compromete em não medir esforços para avançar nessas lutas. E chamamos vocês para participar dessa tarefa em prol da conquista de direitos para a nossa categoria.

Nos colocamos à disposição para debater as nossas questões mais urgentes e esperamos sugestões, pelo e-mail: sindicatopapelguaiba@terra.com.br, para

RESULTADO DAS ELEIÇÕES DO SINPACEL 2016

	NVVC1	PVVT	NVB	PVB	NTV	PVC1U
URNA ITINERANTE 07	96	10,6%	0	0,0%	96	100,0%
SEDE - URNA 01	108	11,9%	0	0,0%	108	100,0%
CMPC CELULOSE - URNA 02	258	28,4%	3	0,3%	261	98,9%
CMPC PAPEL - URNA 03	55	6,1%	1	0,1%	56	98,2%
CELUPA - URNA 04	126	13,9%	4	0,4%	130	96,9%
SANTHER - URNA 05	83	9,2%	2	0,2%	85	97,6%
KIMBERLY-CLARK - URNA 06	169	18,2%	2	0,3%	171	98,8%
TOTAL	895	98,7%	12	1,3%	907	

LEGENDA:

NVVC1 = Número de Votos Válidos na Chapa 1

PVVT = Percentual de Votos Válidos em relação ao Total

NVB = Número de Votos em Branco

PVB = Percentual de Votos em Branco

NTV = Número Total de Votos

NVV = Número de Votos Válidos

PVC1U = Percentual de votos recebidos pela Chapa 1 por

melhorar a atuação da nova diretoria.

A todos e todas nosso muito obrigado!

João Carlos da Silva Caldas
Presidente do SINPACEL-RS



Momento de confraternização: fala do companheiro Betinho parabenizando a Diretoria eleita.

Agência de notícias Americana denuncia o golpe no Brasil

Agência de notícias nos Estados Unidos, The Real News divulgou um vídeo reportagem onde faz revelações surpreendentes sobre o clima de golpe que ronda o Brasil desde as eleições de outubro de 2014.

Segundo revela o jornalista Michael Fox, o movimento golpista brasileiro é inspirado na política de Ronald Reagan, o ex-presidente americano conservador, que reprimia com vigor as iniciativas libertárias no continente americano durante a Guerra Fria. Fox afirma também que a mídia brasileira tenta colocar o PT e a presidenta Dilma Rousseff na crise com o objetivo de

desestabilizá-la.

Fox diz que grupos como Revoltados Online, Movimento Brasil Livre, Vem Pra Rua, entre outros, recebem recursos de fundações estrangeiras e grandes empresas para criar movimentos que ajudem a desestabilizar politicamente o país. A Ambev, segundo ele, estaria entre as empresas.

Todos esses movimentos, afirma, são claramente favoráveis a privatizações de estatais como a Petrobras, universidades públicas e demais instituições públicas de ensino, como também já foram vistos pessoalmente ou em seus sites e páginas de redes sociais dizendo que "a

CLT prejudica os patrões e atrapalha a criação de empregos".

Intitulado "Koch Brothers' Funds Backs Anti-Dilma Protests in Brazil", o documentário é crítico quanto a corrupção endêmica no país, mas lembra que apenas 1/5 dos envolvidos nos recentes escândalos da Petrobras estão ligados ao governo do PT.

O jornalista Fox diz ainda que Aécio Neves, o principal incentivador político do movimento golpista, tem seus próprios escândalos de corrupção em torno da sua biografia.

Conta do Impeachment será do Trabalhador

Categoria: Agência DIAP Publicado em Segunda, 21 Março 2016 13:29

Nesse contexto, a unidade de ação do movimento sindical na luta pela preservação dos direitos e conquistas - de trabalhadores do setor privado, dos servidores públicos e dos aposentados e pensionistas - será fundamental, sob pena de retrocessos, com a consequente perda de qualidade de vida do assalariado. A capacidade de resistir é que irá determinar se haverá ou não perda e, havendo, qual será seu tamanho e dimensão.



Antônio Augusto de Queiroz*

Qualquer que seja o desfecho do processo de impeachment, já é possível antecipar quem será o maior prejudicado nessa história: o assalariado. Aliás, o simples debate sobre a possibilidade de impedimento da presidente da República, por si só, já tem o condão de criar insegurança e travar os investimentos, públicos e privados, com a consequência negativa sobre o emprego e a renda.

A deterioração das finanças públicas, com a queda de receitas, de um lado, e o aumento das despesas, especialmente com juros, de outro,

serão utilizados como pretexto para aprofundamento do ajuste, seja qual for o desfecho do processo de impeachment. Com isso, a investida sobre direitos parece inexorável.

Mesmo que a presidente se livre do processo do impeachment - e para tanto precisa do apoio de apenas um terço da Câmara ou do Senado - rejeitando-o no Congresso Nacional, o governo sairá enfraquecido desse embate e dificilmente terá condições de turbinar a economia de imediato nem força política para impedir mudanças na legislação trabalhista e previdenciária. Será obrigado a fazer concessões aos poderes econômico e político em troca da promessa de retomada dos investimentos e de apoio no Congresso.

Se for aprovado o processo de impeachment - e para tanto são necessários dois terços dos votos da Câmara e do Senado em votação aberta - haverá uma mudança radical no governo, com a posse do vice-presidente Michel Temer, que assume o poder para concluir o mandato presidencial. Com isso, sai o programa do PT e entra o do PMDB.

O programa do PMDB, expresso no documento "Ponte para o futuro", propõe: 1) a desindexação geral, inclusive da correção dos benefícios previdenciários e do salário mínimo; 2) a desvinculação orçamentária, especialmente das despesas com educação e saúde; 3) a privatização selvagem, como forma de fazer caixa com a venda de ativos; 4) a abertura da economia, com o fim do conteúdo local ou nacional; 5) a livre negociação, com a prevalência do negociado sobre o legislado nas

relações de trabalho; 6) a nova reforma da previdência, com aumento da idade mínima e desvinculação do salário mínimo como piso de benefício previdenciário, entre outros.

É claro que um programa retrógrado e medieval como esse pode sofrer ajustes - e certamente acontecerá - mas alguns de seus itens poderão ser implementados, tanto por pressão do poder econômico, quanto por exigência de partidos liberais que integrarão a coalizão de apoio ao novo governo, inclusive muito da base atual e quase todos da atual oposição.

Nesse contexto, a unidade de ação do movimento sindical na luta pela preservação dos direitos e conquistas - de trabalhadores do setor privado, dos servidores públicos e dos aposentados e pensionistas - será fundamental, sob pena de retrocessos, com a consequente perda de qualidade de vida do assalariado. A capacidade de resistir é que irá determinar se haverá ou não perda e, havendo, qual será seu tamanho e dimensão.

Para ter sucesso nessa luta conjuntural, portanto, é fundamental que o movimento sindical, além de unido e mobilizado, invista na formação e qualificação de novos quadros para fazer o embate no chão da fábrica ou nos locais de trabalho e também nos espaços institucionais, especialmente no Congresso Nacional e no Poder Executivo. O protagonismo do movimento sindical em defesa dos trabalhadores estará em teste nos próximos meses. Temos que estar preparados.

(*) Jornalista, analista político e diretor de Documentação do Diap

Passeio dos Aposentados



Dando continuidade no programa de valorização dos aposentados, criado pela direção do sindicato, neste dia 12/03/2016 tivemos o passeio com a participação de oitenta e duas pessoas, na Lagoa Crounry Club em Cidreira, no litoral.

manhã para os visitantes, almoço e lanche na parte da tarde. O local tem fama por ser um empreendimento de lazer e turismo, com vista para a Lagoa da Cidreira com uma grande infra estrutura, para recepção dos visitantes, como campo de futebol e piscina.

idealizador do projeto, é uma alegria poder proporcionar a estas pessoas momentos de lazer, momentos de alegrias. "Estas pessoas contribuíram muito no passado, para a construção de nosso sindicato e nada mais justo, do que proporcionar a elas momentos especiais como este, como forma deste reconhecimento" destacou João Caldas.

O local é belíssimo, foi servido o café da

Para o presidente do SINPACEL-RS,



Presidente de Honra Alcides Rosa e o Presidente João Caldas



Existem 55 motivos para você estar com a gente na luta pelos seus direitos

Há muito tempo não se viam tramitando no Congresso Nacional tantos projetos representando retrocesso e ameaça a direitos e à democracia. Concretamente, caso a classe trabalhadora não reaja, há a possibilidade real de retirada, flexibilização ou até mesmo eliminação de direitos duramente conquistados ao longo da história no Brasil. Conheça abaixo algumas das 55 ameaças a direitos tramitando no parlamento:

01 - PL 4302/1998 - Câmara, PLC 30/2015 - Senado, PLS 87/2010 - Senado

Regulamentação da terceirização sem limites, permitindo a precarização das relações de trabalho

02 - 427/2015 - Câmara

Instituição do Acordo Extrajudicial de Trabalho, permitindo a negociação direta entre empregado e empregador

03 - PL 948/2011 - Câmara e PL 7549/2014 - Câmara

Impedimento do empregado demitido de reclamar na Justiça do Trabalho

04 - PL 1875/2015 - Câmara

Suspensão de contrato de trabalho

05 - PL 4193/2012 - Câmara

Prevalência do negociado sobre o legislado

06 - PL 7341/2014 - Câmara

Prevalência das Convenções Coletivas do Trabalho sobre as Instruções Normativas do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE

07 - PL 8294/2014 - Câmara

Livre estimulação das relações trabalhistas entre trabalhador e empregador, sem a participação do sindicato

08 - PL 3785/2012 - Câmara

Regulamentação do trabalho intermitente por dia ou hora

09 - PL 5019/2009 - Câmara

Redução da jornada com redução de salários

10 - PL 6411/2013 - Câmara

Vedação da ultratividade das convenções ou acordos coletivos - fim da prorrogação dos acordos e convenções.

11 - PL 6906/2013 - Câmara

Criação de consórcio de empregadores urbanos para contratação de trabalhadores

12 - PL 3842/2012 - Câmara, PL 5016/2005 - Câmara e PLS 432/2013 - Senado

Regulamentação da EC 81/2014, do trabalho

escravo, com supressão da jornada exaustiva e trabalho degradante das penalidades previstas no Código Penal

13 - PL 450/2015 - Câmara

Estabelecimento do Simples Trabalhista, criando outra categoria de trabalhador, com menos direitos

14 - PLP 51/2007 - Câmara e PLS 550/2015 - Senado

Extinção da multa de 10% por demissão sem justa causa

15 - 1408/2013 - Câmara e PDS 43/2015 - Senado

Susta a Norma Regulamenta nº12 (NR-12), sobre segurança no trabalho em máquinas e equipamentos

16 - PL 2409/2011 - Câmara

Deslocamento do empregado até o local de trabalho e o seu retorno não integra a jornada de trabalho, mesmo com linha sem transporte regular

17 - PDC 1358/2013 - Câmara

Susta Norma Regulamentadora nº15, do Ministério do Trabalho Emprego, que regula as atividades de trabalhadores sob céu aberto

18 - PDC 1615/2014 - Câmara

Susta as Instruções Normativas 114/2014 e 18/2014, do Ministério do Trabalho, que disciplinam a fiscalização do trabalho temporário

19 - PL 2820/2015 - Câmara e PL 726/2015 - Câmara

Estabelecimento da jornada flexível de trabalho

20 - PL 3342/2015 - Câmara

Estabelecimento do trabalho de curta duração

21 - PEC 127/2015 - Senado

Transferência da competência para julgar acidente de trabalho nas autarquias e empresas públicas para a Justiça Federal

22 - PL 3871/2015 - Câmara

Aplicação do Processo do Trabalho, de forma subsidiária, às regras do Código de Processo Civil

23 - PL 5288/2009 - Câmara

Substitutivo que estabelece a inexigibilidade do cumprimento simultâneo dos requisitos de "utilização da terra" e de "eficiência na exploração" para comprovação da produtividade da propriedade rural

24 - PLS 208/2012 - Senado

Alteração da Lei 5.889/1973, que estabelece normas reguladoras do trabalho rural, e da Lei 10.101/2000, para "adequar" e "modernizar" a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas

25 - PLC 34/2015 - Senado

Alteração da Lei de Biossegurança para liberar os produtores de alimentos de informar ao consumidor sobre a presença de componentes transgênicos

26 - PLS 710/2011 - Senado; PLS 327/2014 - Senado; e PL 4497/2001 - Câmara

Regulamentação e retirada do direito de greve dos servidores

27 - PEC 139/2015 - Câmara

Extinção do abono de permanência para o servidor público

28 - PL 6726/2013 - Câmara

Fim da exclusividade da Petrobras na exploração do pré-sal

29 - PL 6726/2013

Estabelecimento de que a exploração do pré-sal seja feita sob o regime de concessão

30 - PLS 555/2015 - Senado

Privatização de todas as empresas públicas

31 - PLS 388/2015 - Senado

Proibição de indicar dirigente sindical para conselheiros dos fundos de pensão públicos

32 - PL 37/2011 - Câmara

Estabelecimento do Código de Mineração

33 - PEC 215/2000

Demarcação de terras indígenas

34 - PL 5069/2013 - Câmara

Alteração do Código Penal sobre a questão do aborto, criminalizando ainda mais as mulheres e profissionais de saúde

35 - PL 478/2007 - Câmara

Instituição do Estatuto do Nascituro - grande ameaça aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Criminalização generalizada das mulheres, inviabilizando, inclusive, o aborto previsto no Código Penal

Todos esses projetos podem ser aprovados na Câmara Federal e no Senado, porém, muitos deles serão vetados pela Presidência da República. Por isso existe toda essa campanha para tirar a Dilma e colocar o Michel Temer.

ACESSE NOSSO SITE: WWW.SINPACEL-RS.COM.BR